

# PARA ALÉM DO UTILITARISMO ECONOMICISTA: UM ESTUDO DE CASO DA LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA EMPRESARIAL

Cristiano das Neves BODART\*  
Edson Terra AZEVEDO FILHO\*\*

**RESUMO:** O artigo aponta algumas contribuições para a compreensão da ação coletiva empresarial. Para tanto, apresenta o estudo em torno da implantação do programa Redes Associativas do SEBRAE em Goytacazes/RJ. Como fundamentação da análise, recorreu-se às Teorias dos Jogos e da Escolha Racional. Porém, em função da identificação das limitações da explicação racional do economicismo, utilizou-se o conceito de Capital Social. A metodologia adotada contemplou a revisão da literatura e a pesquisa de campo. Foi identificado que alguns dos dilemas coletivos vivenciados pelos ceramistas tiveram significativa influência sobre a escolha dos indivíduos em participar ou não da Rede Campos Cerâmica (RCC) e que estes dilemas podem ser melhor compreendidos recorrendo-se ao conceito de Capital Social, haja vista que os indivíduos não agem apenas sob motivações de racionalidade e cálculo custo-benefício.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria dos jogos. Escolha racional. Capital social.

## Introdução e procedimentos metodológicos

Os dilemas que envolvem as ações coletivas têm sido amplamente discutidos no campo da Ciência Política e da Sociologia Política, tendo como expoentes

---

\* Doutor em Sociologia. USP - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – SP – Brasil. CEP - 05508-080 cristianobodart@hotmail.com.

\*\* Doutor em Sociologia Política. UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências Humanas. Campos dos Goytacazes –RJ – Brasil. CEP - 28013-602 - etaf@uenf.br.

autores como Boudon (1979), Coleman (1994), Olson (1999), Putnam (1996) e Elster (1994), Bourdieu (1980) e Offe (1984). Este artigo centra-se na revisão desses autores, a fim de buscar explicar dilemas coletivos que envolvem empresários ao proporem ações cooperadas de atuação no mercado.

O presente trabalho é resultado de um estudo de caso envolvendo o programa “Redes Associativas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas” (SEBRAE) e os ceramistas sindicalizados do município de Campos dos Goytacazes, localizado na região do Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, buscou-se identificar os dilemas coletivos enfrentados pelos referidos ceramistas e compreendê-los à luz das Teorias dos Jogos, da Escolha Racional e do conceito de Capital Social. Partiu-se da premissa de que o indivíduo racional, movido pelo cálculo custo-benefício, é igualmente motivado por questões culturais e que uma interpretação culturalista (representada aqui pelo conceito de Capital Social) é essencial para compreender as ações desse indivíduo complexo.

A Teoria dos Jogos e da Escolha Racional possibilitaram compreensões importantes dos fenômenos da ação coletiva em estudo, porém tornou-se necessário ir além do utilitarismo e do economicismo, recorrendo-se às contribuições de Pierre Bourdieu (1980, 1996), Offe (1984), Putnam (1996), Coleman (1994) e Fukuyama (1996). Certamente não foi possível esgotar a temática em estudo, nem descrever de forma completa o objeto estudado, mas acredita-se que essa pesquisa trouxe novos elementos explicativos para a compreensão dos dilemas coletivos existentes em redes empresariais de cooperação.

A pesquisa de campo se deu por meio de entrevistas semiestruturadas a ceramistas sindicalizados do município de Campos dos Goytacazes/RJ. Essa segmentação foi necessária em função da exigência estipulada pelo SEBRAE de que as cerâmicas tivessem vínculo institucional para parte do projeto de estruturação da rede de cooperação, o que incentivou posteriormente a criação da Rede Campos Cerâmica (RCC).

As entrevistas foram efetuadas em dois momentos, em 2009 e 2011. Na ocasião da pesquisa realizada em 2009 foi retratado um ambiente de falta de cooperação entre os ceramistas para a implementação de ações coletivas. Porém, a partir da identificação da ocorrência de um novo dilema coletivo entre os ceramistas, em 2011, foi necessário retomar as entrevistas buscando-se coletar novas informações, consideradas importantes para melhor compreensão da ação coletiva em estudo.

As entrevistas estiveram focadas em algumas questões centrais, tais como: i) o que levou os ceramistas a participarem ou não da RCC? ii) os ceramistas possuíam informações suficientes sobre as possíveis vantagens e desvantagens com a implantação da RCC? iii) existe alguma relação social pré-existente entre os ceramistas que formaram a RCC? iv) existem relações de confiança entre os ceramistas? v) os ceramistas costumam se inteirar de questões políticas? vi) os ceramistas costumam participar de atividades coletivas e políticas na região?

As questões foram elaboradas com o intuito de aprofundar o nível de compreensão a respeito dos dilemas coletivos identificados, bem como avaliar se há um maior estoque de Capital Social entre os integrantes da RCC em relação àqueles que não aceitaram participar da fundação da rede. A hipótese lançada é que há um maior estoque de Capital Social entre os ceramistas que participam da RCC, o que teria facilitado as relações de cooperação.

Dentre as 76 cerâmicas sindicalizadas convidadas, apenas 13 delas fazem atualmente parte da RCC. Para a operacionalização de pesquisa, foram entrevistados, em 2009, em amostra aleatória, dez (10) ceramistas, sendo quatro (04) integrantes da RCC e seis (06) não integrantes. Em 2011 os mesmos ceramistas foram reentrevistados.

O artigo está dividido em cinco seções. A primeira seção é a presente introdução e a apresentação dos procedimentos metodológicos. Na segunda seção é apresentado um breve histórico da estruturação da RCC. A terceira centra-se nos dilemas coletivos vivenciados pelos empresários ceramistas nas origens da formação da RCC e os avanços cooperativos hoje identificados por eles. Foi realizada, na quarta seção, uma análise explicativa dos aspectos observados referentes à cooperação social objetivando ir além da explicação utilitarista. Por fim, na quinta seção são realizadas algumas considerações finais.

## **A criação da rede cerâmica de campos (RCC): breve histórico**

O município de Campos dos Goytacazes está localizado no estado do Rio de Janeiro, mais especificadamente na região do Norte Fluminense, aproximadamente a 280 km de distância da capital do estado. O município de Campos, como normalmente é chamado, possui uma área de 4.027 km<sup>2</sup> e uma população de 463.731 habitantes (IBGE, 2010).

Com aproximadamente 100 indústrias cerâmicas, entre sindicalizadas e não sindicalizadas, a região concentra o maior volume de produção cerâmica do

Estado, atividade esta que veio preencher as lacunas existentes após as falências de várias usinas de cana-de-açúcar da região (RIBEIRO, 2009).

As primeiras ações para a criação da RCC surgiram a partir de uma iniciativa do Sindicato da Indústria Cerâmica para a Construção de Campos (SICCC), que mobilizou um grupo de ceramistas a buscar no SEBRAE o apoio para a criação de uma cooperativa. Apesar dos ceramistas não saberem exatamente o que queriam, buscavam empreender alguma ação visando um processo de mudança, de modo a agregar ao polo cerâmico um maior nível de sustentabilidade de suas operações e assim, buscar oferecer ao setor uma “sobrevida”, já que estavam enfrentando grande concorrência de outros centros produtores.

O SEBRAE identificou inicialmente que em função de seus interesses, os ceramistas necessitavam de um suporte para se organizarem e se tornarem mais representativos comercialmente e principalmente mais competitivos. Dessa forma, o SEBRAE dentro de sua proposta de apoio ao desenvolvimento de pequenos negócios apontou uma alternativa para os ceramistas de Campos: a implantação de uma rede de empresas por meio do Programa Redes Associativas.

O Programa Redes Associativas é amplamente implantado pelo SEBRAE em todo o Brasil. Trata-se de um programa que visa promover a competitividade e a sustentabilidade de micro e pequenas empresas, estimulando processos locais de desenvolvimento e cooperação. Por meio do referido programa, o SEBRAE oferta palestras de sensibilização à cooperação; presta assessoria nas fases de constituição, legalização e elaboração do estatuto e dos regimentos; realiza *workshops* de mobilização estratégica, com realização de planos de trabalho, oferta cursos básicos de cooperativismo e associativismo e curso de gestão estratégica de cooperativas (SEBRAE, 2013). Em Campos dos Goytacazes, o programa foi denominado “Programa Cerâmica Vermelha”.

Aceita a proposta de criação da rede de cerâmicas alinhadas à metodologia do SEBRAE, iniciou-se um trabalho de visitação em todas as cerâmicas sindicalizadas da região. Nas visitas realizadas, os representantes do SEBRAE apresentavam o projeto buscando a adesão dos empresários ao movimento, o que veio a resultar na formação da RCC. É importante ressaltar que apesar de, na ocasião, todas as 76 cerâmicas sindicalizadas terem sido visitadas e convidadas, apenas 35 se interessaram inicialmente em participar do projeto.

A RCC vem se estruturando ao longo do tempo, mas teve como marco inicial o dia 30 de abril de 2004, quando foi assinado um termo de adesão pelos ceramistas que se comprometeram em seguir as regras estabelecidas pelo projeto.

Inicialmente, de acordo com a metodologia do Programa Rede Associativas, os ceramistas precisariam se reunir com uma equipe do SEBRAE para desenvolver uma série de atividades. Entre as ações realizadas, estavam treinamentos que visavam capacitar os ceramistas a estabelecerem alianças estratégicas entre si.

Foram planejadas seis reuniões de capacitação havendo um limite aceito de faltas a tais encontros, podendo as empresas faltosas serem excluídas. Nos encontros realizados, além de receberem um treinamento específico a respeito de cooperação e formação de redes de empresas, os participantes elaboraram um planejamento estratégico para a RCC, que estabelecia uma série de objetivos e anseios do grupo.

Entre as primeiras ações desenvolvidas nos trabalhos realizados foi a ideia de um dos ceramistas de criar a marca RCC, já que na época o projeto ainda era chamado de “Programa Cerâmica Vermelha”.

Como fruto do planejamento estratégico elaborado, diversos objetivos foram traçados, como, por exemplo, a expansão comercial, campanhas para licenciamento ambiental, ações de reflorestamento, implantação de programas de qualidade e segurança, implantação de sistemas logísticos de *pallets* e a criação de uma central de massa cerâmica. Porém, ao longo do treinamento, alguns ceramistas desanimaram e abandonaram o projeto, que contava com 18 empresas e ao final restaram apenas 13 cerâmicas, que vieram a fundar a RCC.

Apesar da RCC ser composta por um número pequeno de empresas, na visão do gestor do projeto (SEBRAE), ter iniciado o trabalho com um grupo menor não foi tão problemático, pois dessa forma a metodologia pôde ser melhor aplicada e absorvida e os resultados apareceram mais rápido, contagiando e incentivando outros ceramistas que não faziam parte do projeto a desejarem participar, em função da percepção dos mesmos em relação ao desenvolvimento do grupo.

A RCC atualmente é uma rede consolidada, que atua oferecendo produtos cerâmicos de qualidade em toda a região Norte Fluminense, assim como a região do Grande Rio de Janeiro e da Grande Vitória/ES.

Uma conquista considerada de extrema importância para o grupo foi efetivamente a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento da cooperação e da confiança entre os ceramistas da rede, pois somente depois deste estágio foi possível alcançar os objetivos propostos.

De modo a finalizar o breve resgate histórico da RCC, pode-se recorrer ao comentário de um ceramista para ilustrar a sua percepção e de outros ceramistas a respeito da participação na “rede”.

*O fato de estarmos participando da rede nos deixou mais atentos ao mercado. Não estamos em tão boas condições como gostaríamos, mas certamente se não estivéssemos na RCC, provavelmente estaríamos em piores condições do que as que estamos desfrutando atualmente (CERAMISTA FUNDADOR DA RCC).*

### **Limitações e avanços cooperativos na RCC: contribuições da teoria dos jogos e da escolha racional**

Esta seção tem por objetivo realizar uma análise, a partir da Teoria dos Jogos e da Escolha Racional, das limitações e avanços cooperativos vivenciados pelos ceramistas.

Refere-se ao termo “limites”, os dilemas da ação coletiva vivenciados no período de implantação e consolidação da RCC, os quais acarretaram uma baixa adesão dos ceramistas ao programa. São considerados como “avanços”, as conquistas cooperativas identificadas pelos ceramistas entrevistados nesses sete (07) anos de existência da RCC. Atualmente, tais avanços têm chamado a atenção e motivado diversos ceramistas, que não se interessaram inicialmente em participar da RCC, a ingressarem na rede.

Dentre os benefícios advindos, “[...] aos integrantes da RCC são dados como vantagens a participação em uma central de compras, que consegue reduzir os custos na aquisição de alguns itens como óleo diesel, equipamentos e seguros de vida, dentre outros” (PITHON; BROCHAD; BARBOSA, 2006, p. 3-4).

Destarte, ingressar ou não na RCC pode ser considerado como o primeiro dilema coletivo enfrentado pelos ceramistas convidados a participarem dessa rede associativa.

A Teoria da Escolha Racional (TER), de acordo seus promotores, proporcionou nova força aos postulados da racionalidade. Dessa forma, o indivíduo na busca do próprio interesse, entendido como o direito natural e a lei natural, advoga pela liberdade de usar o próprio poder para conservação da vida e a propriedade. Liberdade esta, entendida como “o preceito ou regra geral que estabelecida pela razão que proíbe o ser humano a autodestruição” (HIGGINS, 2005, p. 178).

De acordo com Carvalho (2010), a TER ressalta a relação de desejos pessoais com os limites do ambiente externo, o que leva o indivíduo a determinar uma escala de preferências frente ao contexto de transações objetivas. Movido por seus desejos individuais, este buscaria realizar escolhas que julgariam ser o melhor para si. Porém, nem sempre possui informações suficientes para a tomada de decisão. Em contrapartida, quando a realidade que o envolve trata-se de um jogo repetido<sup>1</sup>, tal indivíduo tende, a partir da observação que faz das regras e dos jogadores, a agir de forma que seus benefícios sejam maximizados e seus custos reduzidos.

Boudon (1998 apud HIGGINS, 2005), afirmou que o auto-interesse é a melhor explicação do comportamento, o que não significa que outros postulados não sejam válidos. Afirmar que uma dada motivação é a melhor explicação para a ação social, não é o mesmo que dar-lhe exclusividade de capacidade explicativa ou que seja uma explicação completa ou conclusiva. Por esse motivo, o presente artigo recorre a outra teoria, a Teoria dos Jogos, buscando-se preencher lacunas explicativas da TER, assim como ao conceito de Capital Social. Pode-se compreender que tais teorias e o referido conceito, embora com perspectivas diferentes, são complementares e se apresentaram fecundos para os propósitos deste trabalho.

Foi identificado por meio deste trabalho que a RCC, em relação aos dilemas coletivos, vivenciou dois momentos ou fases distintas: i) a fase de origem e consolidação; ii) a fase atual da RCC.

Por meio de entrevistas aos ceramistas envolvidos na criação da RCC, foi identificado que tal grupo, inicialmente, se encontrava em um dilema muito comum relacionado à ação coletiva: agir e buscar uma situação ótima ou não agir e ficar com a situação subótima. Em outras palavras: os ceramistas estavam em situação desfavorecida frente à concorrência de outros centros produtores e, conseqüentemente, seus ganhos não eram de acordo com suas expectativas mercadológicas. Dessa forma, havia a possibilidade de se criar uma rede de cooperação (RCC) e buscar uma melhor situação no mercado regional (situação ótima). Porém, para atingirem uma situação ótima, os mesmos deveriam incorrer em custos de participação (principalmente investimentos monetários e tempo). Frente a essa situação, poderiam optar por duas atitudes diferentes: assumir os custos em busca de uma situação ótima, porém incerta ou, não participar dessa

---

<sup>1</sup> O conceito de Jogo repetido está associado ao contexto em que o participante já tem conhecimento das regras e funcionalidades da situação devido a repetição dessa mesma situação em momentos anteriores.

associação cooperativa, não assumindo os custos e permanecendo com a situação subótima.

Quando o benefício a ser atingido por uma ação cooperativa trata-se de um benefício coletivo, existe outra possibilidade apontada por Olson (1999): não participar da ação coletiva, não assumindo os custos, e ganhar o benefício. Olson se apoia no conceito de benefício coletivo como um “benefício indivisível”, ou seja, aquele que uma vez consumido por um grupo não pode ser negado a uma pessoa deste grupo, mesmo que este não tenha se dedicado em sua obtenção. Para Olson (1999), indivíduos racionais tendem, em se tratando de benefícios coletivos, a não participar, esperando que os outros assumam os custos da participação (o que convencionalmente é chamado de “*free rider*” – bilhete gratuito). Torna-se evidente, nestas condições, que a pura expectativa generalizada acarretará um “efeito perverso” (BOUDON, 1979), pois se todos os membros optarem pela estratégia do *free rider*, o bem coletivo deixará de ser obtido. Mas no caso do dilema coletivo dos ceramistas, tratavam-se de benefícios seletivos, o que não possibilita a existência de *free rider*, pelo menos no modelo clássico evidenciado por Olson.

Em uma perspectiva olsoniana, a decisão de todo indivíduo racional sobre se irá ou não contribuir para a obtenção do benefício coletivo, depende da sua percepção a respeito da relação custo x benefício envolvida. Para a mobilização, a percepção dos custos (como tempo, dinheiro, etc.) referentes à ação devem ser inferiores aos benefícios que serão supostamente alcançados. Porém, em entrevistas a alguns dos ceramistas convidados a participar da parceria, foi possível observar que aqueles que não aceitaram a proposta de formar a RCC, acreditavam que o custo da ação não era alto frente aos possíveis benefícios. Fato este que não motivou a maioria dos ceramistas sindicalizados a fazer parte da iniciativa. Deste modo, por que então não participaram? Nas palavras de Boudon (1979, p. 37), “como é possível alguém desinteressar-se em relação a seu próprio interesse?”.

Para Boudon (1979) é o efeito perverso da lógica participativa, em condições muito gerais, que leva os membros de um grupo a aceitarem passivamente uma situação contrária a seu interesse. No caso dos ceramistas, a não participação seria esse efeito perverso. Como explicar a situação de não participação onde todos tinham um interesse comum e uma proposta de ação coletiva para obtenção desse interesse? Nessa direção Boudon afirma que:

A comunidade de interesse, mesmo sendo um dado evidente para todos, não basta para provocar a ação comum que permita promover o interesse de todos. A lógica da ação coletiva e a lógica da ação individual não são a mesma coisa (BOUDON, 1979, p. 37).

No caso em análise, o problema estava assentado na incerteza. Assim, os ceramistas poderiam correr o risco e não obter benefícios. A busca por uma situação ótima poderia converter-se em uma situação pior que a de origem, já que os mesmos teriam investido recursos e não obteriam retornos sobre os mesmos. Para Elster (1994), os indivíduos tendem a “agir racionalmente”, apesar de sempre buscarem o melhor para si mesmos. Porém, às vezes, o melhor pode ser não agir, ou ainda, não desafiar as incertezas. Como Boudon (1979) apontou, a racionalidade dos indivíduos muitas vezes é limitada pelas falta de informações exatas, o que provoca incerteza e dificulta a ação.

O que parece ter acontecido é que o jogo desconhecido pode ter levado os indivíduos a não participarem da ação coletiva (ELSTER, 1994). Diferentemente do que poderia ocorrer se tratasse de um jogo repetido, ressaltando-se que era a primeira tentativa de cooperação daquele grupo.

Outro fator que pode influenciar nos processos de ação coletiva é o tamanho do grupo (OLSON, 1999). Para Olson, grupos menores tendem a ter maior adesão de seus membros, e isso se dá por vários fatores, entre eles ao fato de o benefício ser dividido por um número igualmente reduzido de participantes, sendo dessa forma, o benefício recebido mais significativo a cada membro. No caso dos ceramistas, o grupo deveria ser grande o suficiente para formar uma rede de colaboração forte, mas não tão grande a ponto de tornar os benefícios pequenos quando divididos entre os participantes. Não foi identificada a desistência participativa causada pela expectativa do benefício reduzido quando repartido pelo grupo. Dessa forma, o que parece é que o apontamento apresentado por Olson (1999) não foi identificado no caso em estudo.

Olson aponta que em grupos pequenos a participação tende a obter maior sucesso devido às pressões sociais, uma vez que as relações são pessoais e “cara-a-cara”. Assim, a não participação seria percebida e reprovada pelos demais. Notou-se que entre os ceramistas tais relações, mais estreitas, consideradas como características de grupos pequenos, não foram suficientes para inibir a desistência de maior parte dos ceramistas convidados para participar da RCC.

Mas como explicar o engajamento dos ceramistas que continuaram a participar do projeto?

Como já apresentado anteriormente, tal ação coletiva se deu em torno de um bem seletivo. Em entrevistas aos participantes do RCC foi possível observar que todos eles apontaram como motivo maior de suas participações os possíveis benefícios que vislumbravam com a ação. Mas esses não são tão racionais quanto os dissidentes? Por que agiram de forma diferente daqueles?

De acordo com Boudon (apud CARVALHO, 2010), a Teoria da Escolha Racional falha em se limitar na noção de racionalidade instrumental ao buscar explicar um vasto conjunto de fenômenos complexos, uma vez que tal noção expressaria apenas ações triviais da conduta econômica. Diversos outros fatores podem motivar a ação e a cooperação social. Segundo Boudon (1979), a participação pode ser um prazer em si mesma, para quebrar o tédio cotidiano ou dar ao ator um sentimento de importância, mas este também não parece ser o caso dos membros da RCC.

John Elster (1994, p. 159) aponta que “várias motivações coexistem e reforçam umas às outras”. Para ele, “um erro mais sutil é acreditar que cada instância da cooperação pode ser explicada por uma motivação”.

Elster identifica basicamente três tipos de indivíduos com motivações diferentes: os kantianos, os utilitaristas e os motivados pela norma de equidade. Os kantianos “querem fazer aquilo que seria melhor se todos fizessem”. Os utilitaristas “querem promover o bem comum”. Os motivados pela norma de equidade “não querem andar de carona na cooperação dos outros, mas também não querem cooperar quando poucos outros fazem”. No caso em estudo parece que os interesses individuais compartilhados entre os ceramistas foram o ponto chave para a mobilização em torno da criação da RCC.

A segunda fase da RCC, que configura o momento atual da rede, caracteriza-se por um novo dilema coletivo: aceitar ou não novos integrantes?

A RCC tem atualmente 13 empresas ceramistas. Porém, em função do sucesso apresentado ao longo de sua trajetória, especialmente a partir de 2008, alguns ceramistas não integrantes do projeto, manifestaram desejo de ingressar no mesmo, objetivando também colher dos frutos que a RCC vem propiciando. De acordo com um dos fundadores da RCC, houve uma pressão desses interessados sobre o SEBRAE (entidade gestora do projeto) para que os incluíssem na rede.

Por que atualmente os que antes se escusaram da cooperação, agora querem cooperar? O dilema apresentado anteriormente, a partir das contribuições de Elster (1994, p.157-158), não ocorre neste caso.

Recorrendo-se à Teoria dos Jogos, buscamos compreender o novo momento da RCC. De acordo com Osborne e Rubinstein (1994, p.156), a Teoria dos Jogos seria um instrumento analítico dos fenômenos observados quando tomadores de decisão (jogadores) interagem entre si. Parte-se do pressuposto de que os tomadores de decisão agem racionalmente na busca de maximizar seus ganhos, levando-se em conta ainda o nível de conhecimento dos envolvidos em relação ao jogo e suas expectativas racionais. Esta teoria retrata de forma mais comum os jogadores como homens de negócios. Por se tratar, neste artigo, de empresários cujas expectativas racionais são maximizar seus ganhos, a Teoria dos Jogos apresenta-se como um caminho para a compreensão das ações desses indivíduos frente a um dilema: participar ou não de uma ação cooperativa?

De acordo com Santos (2009, p. 8-9), a Teoria dos Jogos, do ponto de vista da teoria econômica, pode ser observada quanto a sua tipologia, ou seja, se os jogos são “estáticos” ou “dinâmicos”; se tem “informações completas” ou “informações incompletas”, como apresentado no quadro 1.

**Quadro 1** – Tipologia dos jogos na definição de Santos.

	<b>Jogos Estáticos</b>	<b>Jogos Dinâmicos</b>
<b>Informações completas</b>	“[...] são jogos em que os participantes tomam as decisões simultaneamente e em que os <i>payoffs</i> possíveis para todas as combinações de estratégias são conhecidos por todos os jogadores.”	“[...] jogos em que as decisões dos diferentes jogadores são tomadas em diferentes momentos. A informação pode ser completa, mas imperfeita. A informação perfeita ocorre se o jogador na sua vez de tomar a decisão conhece sua posição, pois conhece a estratégia do outro, anteriormente decidida.”
<b>Informações Incompletas</b>	“[...] jogos em que os participantes tomam as decisões simultaneamente, mas os <i>payoffs</i> não são totalmente conhecidos por todos os jogadores, havendo informações privadas. Jogos com informação incompleta também são chamados de jogos bayesianos. Um exemplo deste jogo é um leilão em que as ofertas são feitas simultaneamente em envelopes lacrados e secretos.”	“[...] são jogos bayesianos e sequenciais. Nessa classe incluem-se os chamados jogos de sinalização. Nestes jogos um participante que detém a informação privada emite um sinal para outro participante, que não possui a informação, e que posteriormente, toma uma decisão. As aplicações econômicas deste tipo de jogo vão desde o mercado de trabalho até o mercado financeiro.”

**Fonte:** Elaboração própria com base em Santos (2009, p.8-9).

Por meio da Teoria dos Jogos foi possível identificar algumas configurações ou modalidades de jogos que envolviam e envolvem (variando entre as duas fases descritas da RCC) os ceramistas de Campos dos Goytacazes, como representado no Quadro 2.

**Quadro 2** – Configurações dos jogos observados nas duas fases da RCC.

<b>Tipo de jogo</b>	<b>Características observadas no jogo</b>	<b>Fase da RCC</b>
Jogo de informações Incompletas	Distribuição de informação desigual entre os jogadores.	<b>Primeira</b>
Jogo Dinâmico	As decisões em participar são tomadas em momentos diferentes, de acordo com o acesso as informações e a crença no projeto.	
Jogo de Informações completas	O jogador posterior possui conhecimento da próxima jogada devido à observação da rodada anterior.	<b>Segunda</b>
Jogo Estático	As decisões são tomadas em reuniões e de forma simultâneas.	

**Fonte:** Elaboração própria.

Como apresentado no Quadro 1, na primeira fase da RCC (período de estruturação e consolidação) o jogo era incompleto. Nessa fase, alguns ceramistas possuíam maior acesso, em relação a outros, às informações referentes às possibilidades oferecidas pelo projeto e em momentos diferentes definiam se participariam ou não da Rede.

De um lado se posicionavam os ceramistas que conheciam melhor a proposta do SEBRAE e que, por conta deste fato, estavam dispostos a cooperar. De outro, os ceramistas que desconheciam o programa desta instituição e, conseqüentemente, possuíam maiores dúvidas quanto a sua viabilidade. Nesta fase de estruturação, a participação do maior número possível de ceramistas era desejada, uma vez que quanto maior a participação dos mesmos, maiores as possibilidades de ganhos a partir da cooperação. Aliada às vantagens cooperativas advindas, a inclusão de novos ceramistas, além de não acarretar custos para os já integrados, ainda possibilitaria a mitigação dos mesmos, em função do volume de recursos investidos.

Os dois jogos relatados, existentes na primeira fase da RCC, estavam marcados pela busca de novos integrantes para a rede e ao mesmo tempo por uma desconfiança dos menos informados. O resultado desta fase pode ser assim descrito: os indivíduos mais informados e que buscaram ajuda junto ao SEBRAE permaneceram na rede e os que possuíam menos informações e que estavam menos integrados ao programa, desistiram por desconfiança ou por acharem arriscado apostar em um jogo que não conheciam bem as regras e nem os possíveis benefícios.

Na segunda fase, os integrantes e não-integrantes passam a conhecer melhor o jogo, uma vez que este se repetiu ao longo dos sete (07) anos de existência da RCC. Ou seja, o jogo agora está aberto. Todos conhecem as regras, os jogadores e os resultados. Não existe o mesmo volume de incertezas iniciais. Elster afirma que trata-se de,

Uma função de reação particularmente simples, 'pagar na mesma moeda', diz às pessoas para começarem cooperando na primeira rodada e então cooperar em qualquer rodada posterior se e apenas se todos os outros cooperaram na rodada precedente (ELSTER, 1994, p. 158).

Na segunda fase, os resultados dos jogos que se configuraram podem ser assim descritos: os não-integrantes dotados posteriormente de maiores certezas a respeito da possibilidade de bons resultados, buscam racionalmente ingressar na RCC. Porém, no momento, o jogo não é mais de soma não-zero. A inclusão de novos membros neste momento poderia causar incertezas e redução do lucro para os membros da RCC. Deve-se considerar também, que já existia no grupo uma sinergia própria imbuída do espírito da cooperação, podendo os novos membros representarem potenciais problemas para o futuro caso não se enquadrem nesta filosofia.

Não se pode perder de vista que a RCC foi consolidada com o esforço e a partir de investimentos de diversos recursos por parte dos fundadores. Dessa forma, a movimentação de ceramistas almejando o ingresso na RCC, tem desencadeado um novo dilema: incluir novos membros ou não?

Ao manifestarem o interesse em fazer parte da rede, os ceramistas foram comunicados que dos procedimentos necessários, os quais causaram polêmica.

Em primeiro lugar, a inclusão de novo membro deve passar por votação e ter parecer favorável unânime. Além disso, precisará pagar a suprarreferida cota a título do esforço, em função da *expertise* comercial agregado pela RCC e

também por conta dos bens de uso coletivo, adquiridos ao longo do tempo. De acordo com o Presidente da RCC, atualmente o valor da cota de ingresso é de aproximadamente cem mil reais (R\$ 100.000,00).

Em função da situação exposta, os ceramistas solicitantes estão buscando expor esta situação ao SEBRAE, exigindo alguma solução, pois os mesmos consideram um absurdo terem que pagar um valor, que segundo os mesmos, é exorbitante.

Um grande impasse se dá pela possível existência de um efeito perverso da cooperação, pois os mesmos ceramistas que no início do projeto apostaram no cooperativismo como o fator-chave para o sucesso da RCC, atualmente, apesar de não se negarem a cooperar e nem a permitir a entrada de novos integrantes na rede, estão buscando valorizar a sua posição, e dessa forma podem estar criando um obstáculo à cooperação.

Como a iniciativa foi pública, no sentido de ter sido aberta a participação de todos os ceramistas sindicalizados, e o bem público<sup>2</sup> possui esta característica, os ceramistas que não fazem parte da RCC, sentindo-se desprestigiados, buscam seus interesses e exigem uma solução para esta questão, que até agora não foi definida.

Recorrendo às contribuições de Olson, uma possível solução para esse impasse seria adotar as mesmas medidas que praticam os partidos políticos (OLSON, 1965 apud BOUDON, 1979): promover o benefício coletivo, mas também bens individuais. A RCC poderia criar incentivos seletivos ligados ao tempo e esforço de cooperação. Assim, atenderia a demanda dos novos ingressantes, mas também valorizaria aqueles que tiveram maiores custos no processo cooperativo.

## **Para além do utilitarismo interpretativo da ação coletiva**

Busca-se nesta seção ir além do utilitarismo metodológico. Este avanço analítico se dá pelo reconhecimento que tal abordagem apresenta muitas limitações explicativas, o que não significa dizer que não possui seu valor colaborativo.

A proposta de buscar novas colaborações não se configura em uma contradição metodológica, mas a complementação rumo a uma melhor compreensão do fenômeno em estudo, uma vez que os indivíduos não agem em todo o tempo

---

<sup>2</sup> O conceito de bem público aqui utilizado está relacionado a um bem não-exclusivo, marcado pela indivisibilidade, onde todos têm acesso a mesma disponibilidade do bem.

por motivações racionais baseadas na relação custo x benefício, mas também por fatores culturais. É importante ressaltar que não se tem a pretensão de esgotar o debate, apenas apontar possibilidades de análises ao presente estudo de caso.

A ação coletiva empresarial se diferencia de forma significativa da ação coletiva de sindicatos. Claus Offe (1984) em seu artigo intitulado “Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe e a forma de organização”, apresentou diferenças substantivas das duas lógicas da ação coletiva (empresarial e sindical). Para esse autor, a ampliação de envolvidos nos dois formatos de ação coletiva difere em sua qualidade. Enquanto que os sindicatos necessitam (imprescindivelmente) de maior quantidade de participantes na ação, as empresas necessitam de mais qualidade em sua ação coletiva. Possivelmente, não existe um esforço por parte dos membros pertencentes à RCC em incluir novos membros, principalmente quando estes não possuem um significativo volume de capital (social, financeiro, informacional, entre outros), assim como influência política significativa.

Outro diferencial está no fato dos empresários, ao contrário dos sindicatos, estarem confinados a interesses claros, menos conflituosos, dados e pré-fixados, “e cuja formação fica além do alcance legítimo das funções da organização” (OFFE, 1984, p.71). Problemas como aqueles ligados à ampliação do número de membros sindicalizados, à dificuldade de formular reivindicações acordadas em comum e mobilizar uma vontade geral não ocorre, em grau de seriedade comparável às organizações empresariais. Esse fato se deve “[...] pela simples razão de que essas (organizações) não dependem da democracia interna, da identidade coletiva, pelo óbvio fato de que já estão em uma posição estrutural de poder que torna complicações como essas evitáveis” (OFFE, 1984, p. 75). No caso da RCC, o consenso entre os membros depende menos de democracia e mais de conclusões técnicas, como apontou Offe (1984, p. 78).

Offe (1984, p.79) afirma que haverá maior comensuralidade e calculabilidade das verdadeiras demandas e da estratégia de ação, assim como uma probabilidade comparativamente menor de conflitos internos, quando comparado aos sindicatos. As associações empresariais, na maioria das vezes, possuem ainda, um elemento a menos de difícil controle para manter associados: usar uma ideologia como bandeira.

Outra colaboração encontrada na supracitada obra de Offe, está ligada à sua afirmação de que, devido à menor interferência nas decisões individuais das empresas, enquanto associação, essas terão menores inclinações em se desassociar. Observou-se realmente, a esse respeito, que dentre os ceramistas que iniciaram

a sua participação na RCC, a posterior permanência pareceu se tornar uma regra. Certamente essa peculiaridade não foi o único fator que contribuiu para a permanência dos mesmos, mas negar por completo esse elemento seria, no mínimo, imprudente.

É importante ressaltar que o Estado, e o empresariado em geral, dependem do florescimento do capital financeiro, por isso os empreendedores muitas vezes gozam de privilégios, quase sempre paternalistas. No caso da RCC, notou-se a atuação do SEBRAE.

Outra colaboração valiosa para a compreensão da ação coletiva está no conceito de capital social. Embora esse conceito não seja novo, tomou notoriedade apenas a partir da obra de Robert Putnam, publicado em 1993: *Making Democracy Work: Civic Tradition in Modern Italy* (D'ARAUJO, 2003).

Inicialmente, com Hanifan, o conceito havia sido definido como “[...] um conjunto de relações sociais marcadas pela boa vontade, camaradagem e simpatia, atributos muito próximos do *goodwill* utilizado para definir as relações públicas na sua origem” (HANIFAN, 1916 apud MATOS, 2009, p. 35-36).

A partir de seu *paper* “*Le capital social: notes provisoires*”, Bourdieu definiu o conceito de Capital Social como “[...] o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento” (MATOS, 2009, p. 35).

Para Putnam (1996, p.177) o conceito de Capital Social “[...] diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Para este autor o Capital Social é uma herança histórica, ou seja, é produzida e ampliada conforme as experiências dos grupos. Trata-se de um capital que quanto mais utilizado mais a comunidade cívica o possuirá.

Putnam (1996) afirma que o Capital Social possibilita a existência de laços comunitários fortes capazes de garantir a ação coletiva, levando as pessoas a participarem ativamente do processo de construção da democracia por via de mecanismos não convencionais de envolvimento político. Uma vez adquirido o Capital Social, o indivíduo racional não desejará perder a confiança adquirida. A regra de reciprocidade está relacionada, segundo Putnam, com o que dizia Cícero, no tempo de César: “nenhum dever é mais importante do que retribuir um favor”.

Na concepção de Fukuyama (1996), o Capital Social é produto espontâneo dos jogos repetitivos do dilema do prisioneiro. A repetição do jogo pro-

porciona um cenário menos duvidoso e a simples estratégia de pagar na mesma moeda (cooperação por cooperação, traição por traição) conduzirá os jogadores racionais a um resultado de cooperação, produzindo assim o Capital Social, uma vez que os indivíduos tenderão a apostar em sua reputação de honestidade e de integridade.

O conceito de Capital Social, para Fukuyama (1996, p. 41), está diretamente ligado à “capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade”. Para o referido autor, o Capital Social pode estar incorporado no menor grupo social (a família), bem como no maior de todos os grupos, a nação, assim como nos grupos intermediários.

As contribuições de Bourdieu (1980), de Putnam (1996) e de Fukuyama (1996) em torno do conceito de Capital Social, não são consideradas pelos autores deste trabalho como contraditórias, mas complementares, fornecendo uma visão ampla do conceito.

Estaria o Capital Social diretamente associado ao sucesso da RCC? Por meio de entrevistas a membros da RCC identificamos, em princípio, que não há relações sociais tão próximas que possam justificar a união do grupo. Entre os treze (13) ceramistas foi identificada a existência de parentesco apenas entre dois deles.

Um dos fatores que dificultou a produção prévia de confiança entre os membros da RCC está ligado à existência de uma distância geográfica significativa entre as cerâmicas. Porém, foi identificado que todos os integrantes da RCC possuíam experiências anteriores de engajamento político, bem como o acesso a informações privilegiadas devido às suas relações de influência na política local. Dessa forma, embora não desenvolvessem prévias relações de confiança mútua, os ceramistas pelo menos já se conheciam das reuniões do sindicato. Todos os fundadores são ou já foram diretores do sindicato. Um deles é vereador no município de Campos dos Goytacazes e outro é médico de comunidades rurais nas quais, a grande parte da população está ligada ao setor cerâmico.

Embora Putnam (1996) afirme que o Capital Social é uma herança histórica, ou seja, é produzida e ampliada conforme as experiências dos grupos, notou-se que a falta de um estoque de confiança anterior (histórico) à associação foi suprido por outros elementos constituintes do Capital Social. O acesso a informações privilegiadas e a experiência anterior de engajamento político teriam sido de grande importância para o sucesso da criação e manutenção da RCC. O Capital Social possibilitou a configuração de um jogo dinâmico e com informação, graças à rede de relacionamento construída. O sindicato funcionou

como um elo “garantidor”, suprimindo a falta de confiança mútua. Esse elemento merece destaque na explicação em torno da consolidação da ação social empresarial, na qual se deve reconhecer a importante participação de uma instituição coercitiva e colaborativa.

North (1990, p. 14) destaca que historicamente, “[...] o crescimento das economias ocorreu dentro da moldura institucional de políticas coercitivas bem desenvolvidas”. Em outras palavras, a solução hobbesiana tem sido em muitos casos amplamente eficaz na colaboração da ação coletiva. Buscou-se nessa pesquisa identificar se tal solução foi ou tem sido adotada na RCC e como resultado foi identificado o papel do SEBRAE como ponto chave para a implantação da rede de ceramistas.

Para North (1990) as instituições desempenham um papel importante nas escolhas dos indivíduos, pois elas alteram os custos e embutem suas ideologias. O SEBRAE contribuiu para a redução do custo de organização dos ceramistas e orientou a fundação e manutenção da rede, bem como difundiu a ideologia cooperativa da instituição governamental.

Para Putnam, as instituições têm a capacidade de mudar a política, pois “[...] as normas e os procedimentos que compõem as instituições estruturam o comportamento político das pessoas, moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores” (PUTNAM, 1996 apud HIGGINS, 2005, p. 59). Em entrevistas a alguns ceramistas integrantes do RCC, foi identificado que os mesmos julgam que o SEBRAE foi um ponto de apoio e norteador da ação, assim como redutor das incertezas. O SEBRAE se apresentou como intermediador de conflitos de interesses, promotor de reuniões, discussões e capacitação dos interessados em integrar a referida rede.

Para North (1990, p.15) é “[...] a medição mais o alto custo da aplicação que juntos determinam o custo de transação”. Os custos são agravados pela falta de informação, uma vez que o indivíduo terá maiores custos com o policiamento dos agentes e da criação de códigos de condutas internamente aplicados ou sanções societárias, ou ainda a existência de uma terceira parte coercitiva. A atuação do SEBRAE possibilitou que tais custos fossem reduzidos, o que ampliou a atratividade em participar da RCC. Fato esse somente identificado por alguns ceramistas que se aventuraram a ingressar na rede.

North (1990, p.15) destaca que “[...] sem constrangimentos institucionais, o comportamento egoísta vai impedir trocas complexas, devido à incerteza que a outra parte vai encontrar em seu interesse na aplicação do acordo”. Ainda de acordo com este autor, em “[...] todas as sociedades, das mais primitivas às

mais avançadas, as pessoas impõem constrangimentos umas às outras de forma a estruturar suas relações” (NORTH, 1990, p.17), uma vez que os constrangimentos reduzem os custos da interação humana, o que foi importante para que alguns ceramistas optassem em se integrar à Rede.

É certo que outros tipos de constrangimentos foram importantes para a coesão do grupo de ceramistas em torno da cooperação. North (1990, p. 13) aponta que existem regras informais eficazes na ordenação social, e consequentemente, na produção de um ambiente propício às trocas econômicas. Para o supracitado autor, “[...] constrangimentos informais também são características sutis das economias modernas”. Tais constrangimentos informais são frutos da cultura/história dos indivíduos e se caracterizam por sua grande relevância, pois incitamentos morais e “solidários” desempenham, na realidade, um papel importante na emergência da ação coletiva.

Agir cooperativamente em uma coletividade, em que predominam os laços e redes de solidariedade, confiança e de amizade pode constituir uma obrigação moral para o indivíduo, podendo tornar-se igualmente para ele, um prazer. Sob essas condições, é a não-participação que será custosa, pois poderá colocar em questão a imagem e a estima que o indivíduo tem de si próprio. Um indivíduo que tem sua imagem ligada à participação política no cenário local acaba sendo, de certa forma e intensidade, levado a participar das ações políticas de visibilidade local, principalmente quando este tem a intenção de se projetar politicamente, como é o caso de alguns dos integrantes da RCC que têm buscado se inserir no campo político profissional no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

## **Considerações finais**

O contexto abordado por este trabalho se refere à análise de um processo de ação coletiva empresarial, observado na aglomeração produtiva de cerâmica de Campos dos Goytacazes/RJ.

A partir da estruturação de um referencial teórico baseado principalmente em autores que versam sobre a Teoria dos Jogos, da Escolha Racional e do conceito de Capital Social, efetuou-se uma leitura da situação que envolve a RCC. Dessa forma, pôde-se considerar que a abordagem proposta pelos autores do utilitarismo e do individualismo metodológico apresentam limitações explicativas e que para o estudo da ação coletiva empresarial torna-se necessário ir além. Este artigo apontou como o conceito de Capital Social pode ser frutífero para tal avanço, além de também apresentar contribuições significativas para os

estudos que envolvem cooperação social, especialmente aqueles marcados pelo dilema da ação coletiva.

Foi possível observar que atualmente a RCC se encontra em uma situação complexa. Antes, enfrentou um dilema marcado pela incerteza de um jogo que ainda não tinha regras claras e que ainda estava em sua primeira rodada, embora o maior estoque de Capital Social de alguns dos ceramistas tivesse possibilitado o acesso a maiores informações.

Atualmente, se defronta com um dilema marcado pela aceitação ou não de novos membros em um jogo repetido e de regras mais claras. Os jogadores (empresários) que assumiram o custo e o risco inicial exigem que possíveis novos membros colaborem com os custos de outrora, os quais estão sendo mensurados em valores monetários.

Por outro lado, apesar dos ceramistas solicitantes julgarem justa alguma contribuição financeira para ingressarem na RCC, a cota de ingresso estipulada foi considerada de valor elevado e inviável. Uma saída para esse novo dilema é apontada pela teoria dos jogos, a saber: incentivos seletivos. Ou seja, os integrantes originais terem maiores incentivos em relação àqueles que estarão se integrando após a primeira rodada do jogo.

No dilema inicial, vivenciado pelos ceramistas de Campos dos Goytacazes/RJ, a racionalidade - somada ao Capital Social - possibilitou que o projeto de criação da RCC se concretizasse. A lógica racional, a falta de informações e um estoque pouco significativo de Capital Social, por outro lado, fez com que muitos outros ceramistas convidados não participassem da criação da RCC. Nesse caso, o aporte teórico contido no dilema dos prisioneiros possibilitou uma compreensão inicial em torno da não-participação. Pode-se considerar também como ponto central para a compreensão do sucesso da criação e manutenção da RCC, a percepção da ação de um terceiro (SEBRAE), o qual reduziu custos de transação e criou um cenário de maior confiança.

Foi identificado que agir cooperativamente em uma coletividade, em que predominam os laços e redes de solidariedade, confiança e de amizade pode constituir uma obrigação moral para o indivíduo, especialmente quando este indivíduo busca ampliar seu estoque de confiança, como, por exemplo, querer se engajar na política partidária local, como ocorreu entre alguns dos fundadores da RCC.

Após a consolidação da RCC e seu êxito, surgiu o novo dilema. A repetição do jogo demonstrou que o esforço cooperativo trouxe bons resultados e fez com que as regras se tornassem mais claras aos jogadores. Dessa forma, atual-

mente, a decisão de se engajar na ação coletiva empresarial passou a ser menos arriscada, o que pode justificar o surgimento do interesse de participação por parte dos ceramistas “desertores” de outrora. Assim, a ação cooperada - embora possa envolver alguns pontos aqui não abordados, como o altruísmo - pode ser satisfatoriamente explicada por meio da associação da Teoria dos Jogos, da Escolha Racional e do conceito de Capital Social.

### **BEYOND THE ECONOMISTIC UTILITARIANISM: A CASE STUDY OF THE LOGIC OF THE CORPORATE COLLECTIVE ACTION**

**SUMMARY:** *The article points out some contributions to the understanding of collective entrepreneurial action. The article presents a study about the implementation of the SEBRAE's Associative Networks Program in Campos dos Goytacazes / RJ. In support of the analysis, we resorted to the Games and Rational Choice Theories. However, due to the identification of the need to go beyond rational explanation of economism, it was used the concept of Social Capital. The methodology included a literature review and field research. It was identified that some of the dilemmas faced by collective potters had a significant influence on the choice of individuals to participate or not of the Campos Cerâmica Network (CCN) and that these dilemmas can be better understood by resorting to the concept of Social Capital.*

**KEYWORDS:** *Game theory. Rational choice. Social capital.*

### **REFERÊNCIAS**

BOUDON, R. **Efeitos perversos e ordem social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, v.31, n.1, p.2-3, jan. 1980. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss\\_0335-5322\\_1980\\_num\\_31\\_1\\_2069?\\_Prescripts\\_Search\\_isPortletOuvrage=false](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069?_Prescripts_Search_isPortletOuvrage=false)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CARVALHO, B. S. de. Individualismo metodológico, racionalidade e ação instrumental: a proposta cognitiva de Raymond Boudon. **Revista de Sociologia e**

**Política**, Curitiba, v.18, n.37, p.111-123, out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n37/08.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Harvard: Harvard University Press, 1994.

D'ARAUJO, M. C. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. (Coleção Ciências Sociais. Passo-a-passo).

ELSTER, J. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**. Tradução de Antônio Transito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Tradução de: Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos, 2005.

INSTITUTO DE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo Demográfico de 2010**. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

MATOS, H. **Capital Social e Comunicação: Interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OFFE, C. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: \_\_\_\_\_. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.56-118.

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva**. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 1999.

OSBORNE, M. J.; RUBINSTEIN, A. **A course in game theory**. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

PITHON, A. J. C.; BROCHAD, M. R.; BARBOSA, C. M. Rede de Empresas: proposta de modelo organizacional do setor de cerâmica vermelha de Campos dos Goytacazes. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 13., 2006, Bauru. **Anais...** Bauru: Ed. da UNESP, 2006. Disponível em: <[http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais\\_13/artigos/922.pdf](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/922.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2016.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, L. S. Os empreendimentos e estratégias para o desenvolvimento da cerâmica vermelha no Brasil: estudo de caso de Campos dos Goytacazes. In: Congresso Nacional Excelência em Gestão, 4., 2008, Niterói. Responsabilidade socioambiental das organizações brasileiras. Niterói: IV CNEG, 2008. p.1-18.

SANTOS, R. R. dos. Modelos estratégico Financeiro Baseado na Teoria dos Jogos e no Equilíbrio de Nash. In: MOSTRA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DE PUC, 4., 2009, Goiás. **Anais...** Goiás: [S.n.], 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS [SEBRAE]. **Modelos de apoio à formação de redes associativas**. 2013. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/db05bf3975bf78fc862cee5798af134a/\\$File/4545.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/db05bf3975bf78fc862cee5798af134a/$File/4545.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

